

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo estuda repassar até 60% da Infraero para o setor privado](#) 2

Folha de S. Paulo

[Título: Distribuidoras de gás podem judicializar regulação federal](#) 3

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo estuda repassar até 60% da Infraero para o setor privado	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Distribuidoras de gás podem judicializar regulação federal.....	3
Título: Participantes do Petros vão à Justiça contra plano para cobrir rombo.....	4
Título: China quer ampliar o uso do etanol até 2020	6
Título: Projeto de termelétrica no litoral de SP gera preocupações ambientais	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Gasolina: queda inexpressiva.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Petros terá impacto marginal na Petrobras.....	12
Título: Contribuintes insatisfeitos com plano ameaçam ir à Justiça	13
Título: Curtas	14
Título: União mantém leilão de usinas e tenta derrubar liminar	15
Título: Os enganos na avaliação da meta fiscal de 2018.....	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca e Manoel Ventura****Título: Governo estuda repassar até 60% da Infraero para o setor privado**

União teria poder de veto quanto a pessoal e investimentos via "golden share"

-Brasília- O governo pretende abrir o capital da Infraero e pode repassar aos investidores privados o controle da empresa, com a venda de mais de 50% da fatia do Estado — o que pode ser caracterizado como uma privatização. Em contrapartida, a União teria poder de veto via golden share (uma classe especial de ações retida pelo poder público na organização societária) em decisões relativas a investimentos e pessoal. Segundo o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, a definição do modelo vai depender da conclusão de estudos de uma consultoria internacional contratada pela estatal, que ficarão prontos em 90 dias.

— A abertura de capital pode ser de 49% ou de 60%. A parte privada pode ser majoritária. Caso não seja, a Infraero continuará no comando. Haverá entrada de capital, o que vai permitir novos investimentos e dinheiro para poder fazer o custeio — disse o ministro, após participar de audiência na Câmara.

"REARRANJO GERAL", DIZ MINISTRO

Segundo Quintella, a Infraero precisa passar por um processo de reformulação administrativa e reduzir o quadro de pessoal. A folha de pagamento, destacou, é muito pesada. A Infraero tem, atualmente, cerca de dez mil funcionários. — A Infraero precisa de um rearranjo geral — disse.

Ele lembrou que o governo tem tomado medidas para sanear a empresa, como a extinção do Ataero (adicional tarifário) para permitir que as receitas fiquem no caixa da Infraero — o que dá um ganho adicional de R\$ 300 milhões por ano. Além disso, houve o perdão de R\$ 1,8 bilhão de uma dívida atrasada da estatal com a União referente ao Ataero.

Por outro lado, Quintella admitiu que a retirada de aeroportos importantes, como Congonhas, da rede da estatal reduz a atratividade do ativo, mas explicou que foi voto vencido nessa discussão, diante da necessidade fiscal da União. Desde o início do processo de privatização, em 2012, a Infraero passou a perder receitas e ficou com quadro de pessoal ocioso.

O ministro afirmou, no entanto, que, depois de seguidos prejuízos, a empresa registrará em 2017 resultado operacional positivo entre R\$ 200 milhões e R\$

400 milhões. A venda da participação da estatal nos quatro aeroportos licitados nas primeiras rodadas de privatização (Brasília, Guarulhos, Galeão e Confins) deve injetar R\$ 8 bilhões na empresa. A estatal também tem uma fatia em Viracopos (Campinas), mas, como o operador devolveu a concessão para a União, o governo só deverá se desfazer da parte da Infraero após o ativo ser relicitado.

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Já no caso da Eletrobras, apesar do otimismo do **Ministério de Minas e Energia** — que espera concluir a formatação das regras para a privatização ainda este mês —, integrantes da equipe econômica avaliam, reservada-mente, que será necessário pelo menos mais três meses para finalizar a chamada modelagem da venda da estatal.

O governo corre contra o tempo para entregar a modelagem da privatização neste ano e concluir todo o processo no primeiro semestre de 2018, para que a venda da estatal não ocorra no auge das eleições do ano que vem. O anúncio da privatização foi feito em agosto. Para evitar vazamento, a decisão havia ficado restrita a um seleto grupo no governo. Só após a divulgação da desestatização foi que o governo iniciou de fato os trabalhos necessários para vender a empresa.

O governo ainda não tem certeza de como fará o processo de "descotização" de usinas hidrelétricas — que está diretamente ligado à privatização — nem como vai tirar Itaipu e as usinas nucleares do complexo de Angra da empresa. Além disso, é necessário fazer um estudo técnico que demonstre quanto a companhia vale, o total de seus passivos e qual deve ser o percentual remanescente da União na empresa após a desestatização, entre outros pontos que precisam ser afinados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Distribuidoras de gás podem judicializar regulação federal

As distribuidoras de gás natural deverão acionar a Justiça caso o governo proponha uma regulação federal do mercado livre do setor, que hoje é controlada pelos Estados.

A expectativa é que a proposição esteja presente no novo marco regulatório do gás, que poderá ser enviado ao Congresso no próximo mês, segundo entidades que participaram da negociação.

"Pela Constituição, o gás é de âmbito estadual, a União não pode regular. Criaria um problema jurídico", afirma Augusto Salomon, presidente-executivo da Abegás (associação das distribuidoras).

A medida é defendida pelo comitê técnico coordenado pelo **Ministério de Minas e Energia**, além de ter o apoio da Petrobras e de ao menos 13 entidades industriais.

O argumento é que a lei abre margem para discussão: o texto diz que cabe aos Estados explorar "serviços locais de gás canalizado", mas não especifica o que estará incluso no conceito de "serviços".

"Pode-se interpretar que seria apenas a distribuição do gás, mas não a venda em si", diz Camila Schoti, da Abrace (das grandes consumidoras).

A maioria dos Estados já têm regras para a migração ao mercado livre, mas, na prática, os critérios barram a adesão, e as normas são muito diferentes entre si. Hoje, há só um contrato do gênero.

A regulação federal deverá padronizar regras e impulsionar o setor, avalia Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel, das comercializadoras de energia —que planejam entrar no mercado de gás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Participantes do Petros vão à Justiça contra plano para cobrir rombo

A Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras) vai questionar na Justiça o plano de ajuste no principal fundo de pensão da estatal, que prevê aporte de R\$ 27,7 bilhões de empregados e da estatal para cobrir o rombo acumulado entre 2013 e 2015.

Aprovado na terça (12) pelo conselho deliberativo da Petros, o plano estabelece, por 18 anos, contribuição extraordinária para os empregados e aposentados. Eles serão responsáveis por injetar R\$ 14 bilhões no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), que tem 77 mil participantes.

A Petrobras e a BR Distribuidora contribuirão com o restante, caso a proposta seja aprovada pela Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais).

"Nos últimos 14 anos, as contas da Petros foram rejeitadas pelo conselho fiscal, mas depois aprovadas pelo conselho deliberativo, que é controlado pela Petrobras. E agora os trabalhadores pagam a conta", disse o presidente da Aepet, Fernando Siqueira.

A entidade convocou para o dia 25 uma reunião para definir a estratégia na Justiça, considerada "a mais dura batalha a ser enfrentada" pela categoria. Chamou para o evento, além dos participantes do plano, a OAB.

INTERESSES DO PT

Entre 2013 e 2015, a PPSP acumulou deficit de R\$ 25,6 bilhões, provocado por questões estruturais, como a mudança no perfil dos assistidos, e por perdas com investimentos. A Petros é acusada pelos participantes de ter cedido a pressões políticas para investir em negócios de interesse do governo PT, como a empresa de sondas Sete Brasil.

"Há também outros investimentos malfeitos, como os 70 identificados pela consultoria EY", acrescentou Siqueira, referindo-se a relatório antecipado pela Folha no qual a consultoria identifica perdas com aportes em fundos com garantias insuficientes.

Nesta quarta (13), o presidente da Petros, Walter Mendes, divulgou vídeo para explicar aos participantes as causas do deficit e o plano de equacionamento. Repetiu a afirmação da véspera, de que os investimentos suspeitos não explicam todo o rombo.

Siqueira, porém, lembra que apenas na Sete Brasil a Petros perdeu R\$ 2 bilhões. Ele cita ainda decisão tomada pelo conselho deliberativo em 2008 para reduzir à metade dívida de R\$ 9,8 bilhões da Petrobras com o plano.

"O participante não teve nenhum poder de decisão nesses casos". Ele admite a necessidade de ajuste no fundo, mas defende que a cobrança de alíquotas menores.

O plano aprovado pela Petros estabelece alíquotas progressivas para os participantes. Em casos de salários mais altos, a contribuição passará de 12% para até 40% do vencimento mensal.

"O momento é difícil, pois o equacionamento impacta diretamente nos rendimentos e exige grande esforço", disse Mendes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** China quer ampliar o uso do etanol até 2020

A China pretende ampliar o uso de etanol combustível a todo seu território, segundo um projeto governamental apresentado nesta quarta-feira (13) e que demonstra o desejo de Pequim de reforçar a luta contra a poluição e de buscar possibilidades para os colossais excedentes de milho.

"A previsão é de apoio até 2020 o uso de etanol no conjunto do país e garantir uma cobertura máxima completa, reforçando as capacidades da indústria dos biocombustíveis", afirma o documento divulgado pelo NDCR, o poderoso órgão de planejamento econômico, em cooperação com a Administração de Energia.

Os biocombustíveis estão relegados a um patamar mínimo na China, o maior mercado automobilístico do planeta, onde representam apenas 1% do volume de produtos petroleiros consumidos.

Posteriormente, "até o fim de 2025, [o país] deverá começar a produzir em grande escala etanol a base de celulose [matéria vegetal] e a melhorar suas tecnologias para alcançar os padrões internacionais", completa o texto. O objetivo é reduzir as emissões de gases que provocam o efeito estufa para diminuir a poluição atmosférica nas grandes cidades chinesas, mas também "um melhor uso das produções agrícolas vencidas ou excedentes".

O etanol pode ser produzido a partir de cana de açúcar, mas também do milho. A China possui um excedente colossal de milho em suas reservas, avaliado em mais de 200 milhões de toneladas.

Grande parte da colheita nas regiões norte e nordeste da China é comprada por órgãos estatais, em particular para manter os preços.

A China reduziu a previsão de colheita de milho para 2017/18, mas as autoridades buscam maneiras de esgotar os gigantescos excedentes nacionais, de qualidade frequentemente inferior e que deterioram com o tempo.

No longo prazo, o país tem outros ingredientes em vista para os biocombustíveis. "A China produz anualmente mais de 400 milhões de resíduos vegetais de palha ou silvicultura, 30% deles poderiam ser utilizados para produzir 20 milhões de toneladas de biocombustíveis", destaca a Administração de Energia.

Atualmente, o consumo chinês de biocombustíveis alcança 2,6 milhões de toneladas por ano. A China é o terceiro maior país produtor — muito distante de Estados Unidos e Brasil — e espera aumentar sua produção a quatro milhões de toneladas até 2020.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: FERNANDO TADEU MORAES DE SÃO PAULO

Título: Projeto de termelétrica no litoral de SP gera preocupações ambientais

O plano de construção de um complexo termelétrico em Peruíbe, na Baixada Santista, tem gerado controvérsia na cidade, alarmado biólogos e ambientalistas, preocupado o Ministério Público e movimentado deputados estaduais de São Paulo.

Ainda em fase de licenciamento ambiental, o projeto é composto de uma termelétrica de gás natural, mais de 90 km de linha de transmissão, um terminal offshore de gás natural e 80 km de gasodutos. O orçamento previsto é de R\$ 5 bilhões.

Os possíveis impactos ambientais do empreendimento, que pode vir a afetar estações ecológicas, áreas de proteção e aldeias indígenas levou, há duas semanas, à formação de uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo.

"O projeto é uma aberração", diz o deputado Luiz Fernando Teixeira (PT), coordenador da frente, que também conta com um membro do PSDB. "Querem transformar um paraíso ecológico como Peruíbe, um dos poucos lugares que ainda possui partes intocadas da mata atlântica, em uma Cubatão", diz Teixeira.

Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) manifestou preocupação a respeito da rapidez com que vem sendo conduzido o licenciamento ambiental do empreendimento. No começo de agosto o MPF instaurou um inquérito civil público para fiscalizar o processo.

NO MAR E NA MATA

As inquietações com relação aos impactos ambientais do projeto são corroboradas por biólogos e ambientalistas.

Segundo Fabrício Gandini, do Instituto Maramar, o projeto ignora as normas do Zoneamento Ecológico e Econômico do Setor Costeiro da Baixada Santista (ZEE), uma das principais legislações ambientais do Estado.

"O ZEE proíbe a construção de um porto no litoral de Peruíbe, como o previsto no projeto", afirma Gandini. Após analisar o EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento, o instituto, que integra o Conselho Consultivo das Áreas de Proteção Ambiental Marinhas, identificou a "existência de vícios de procedimentos insanáveis" e pediu formalmente a suspensão do processo de licenciamento.

Os possíveis problemas não se limitam ao mar. A linha de transmissão que ligará a usina de Peruíbe à central de Cubatão atravessará áreas que concentram espécies ameaçadas, de acordo com o ornitólogo (especialista em aves) Bruno Lima, que estuda a região há mais de dez anos.

"Espécies de aves descem da Serra do Mar para a planície no inverno e regressam após o período de frio. Ao longo desse percurso, elas vão dispersando sementes de árvores", explica Lima, responsável pelo primeiro levantamento das aves da região.

Segundo o ornitólogo, as linhas de transmissão têm o potencial de impedir esse fluxo de sementes, o que resultaria no empobrecimento dessas florestas. Existem, além disso, questionamentos acerca da concepção do complexo. O químico e engenheiro Elio Lopes, que trabalhou por 25 anos na Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e foi gerente da companhia em Cubatão, esteve numa apresentação recente do projeto na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos, onde contestou diversos pontos.

Um deles é o sistema de refrigeração da usina –aberto, e não fechado–, que utiliza a água do mar para arrefecer o maquinário, e é considerado não só ultrapassado como também "frágil do ponto de vista ambiental". "Se houver qualquer acidente ou vazamento, os produtos da usina vão direto para o mar". De acordo com Lopes, o projeto também não detalha como se dará o controle das fontes de poluição do ar. "O parâmetro mais importante nesse tipo de discussão é a capacidade da turbina. Quando questionei o representante da empresa sobre isso, ele me disse que o modelo ainda não estava escolhido". "Não é possível saber o impacto na qualidade do ar sem que você saiba qual turbina será utilizada", diz Lopes.

Tais questões têm gerado em Peruíbe resistência à instalação do complexo. No final de agosto, uma audiência pública para discutir o projeto teve de ser cancelada após um protesto de moradores, índios e ambientalistas.

O prefeito de Peruíbe, Luiz Maurício (PSDB), por sua vez, prefere não tomar partido na questão. "A oposição ao empreendimento tem ganhado corpo na cidade, mas a atual fase de licenciamento ambiental compete ao Estado. Neste momento, a obrigação da prefeitura é acompanhar o processo para garantir sua lisura e ficar atenta aos impactos que a eventual instalação da usina pode trazer".

A favor do projeto, de acordo com Maurício, estão a associação comercial da cidade e os setores de construção civil e imobiliário.

OUTRO LADO

Procurada pela reportagem, a Gastrading, empresa responsável pelo Projeto Verde Atlântico Energias ressalta que a geração de energia elétrica pode chegar a 1,7 gigawatt e 20 milhões de metros cúbicos de gás natural podem ser transportados diariamente, "energia suficiente para abastecer 1,7 milhão de moradores da região".

O incremento seria relevante para a matriz energética do estado, que atualmente produz 8,1 gigawatts e que precisa importar de outros estados até completar os 14,5 gigawatts que, em média, são necessários, informa a nota. Sobre a frente parlamentar contrária ao empreendimento, a empresa afirma que estão à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o projeto e que "em nenhum momento os representantes da frente nos convocaram [para apresentá-lo]".

"O gás natural é uma alternativa a outras matrizes energéticas mais poluidoras, como as térmicas movidas a carvão e óleo", diz a nota.

Em relação ao inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal para fiscalizar o processo de licenciamento ambiental, a Gastrading diz que teve sua atuação autorizada pelos órgãos responsáveis e que já realizou mais de 70 reuniões e encontros com entidades da sociedade civil, "nos quais a empresa apresentou o projeto e tirou dúvidas da população, além das quatro audiências públicas já realizadas". "O estudo de impacto ambiental [...] atende a todas as normas e exigências legais em vigor".

A respeito das acusações sobre estar descumprindo o Zoneamento Ecológico e Econômico, segundo a Gastrading, o projeto da termelétrica "segue rigorosamente a legislação e está em conformidade com o plano diretor do município de Peruíbe".

A empresa também diz que a implantação da linha de transmissão entre Peruíbe e Cubatão não irá interferir nas rotas dos animais, "pois o projeto

considera a manutenção da vegetação existente entre as torres", as quais contarão com sinalizadores para alertar os animais.

"Além disso, o lançamento dos cabos das linhas de transmissão será realizado por drones, técnica que evita fragmentação destes ambientes, ou seja, é mais moderna e mais sustentável".

Raio-X do Projeto

Nome: Projeto Verde Atlântico Energias –Terminal de Recepção e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Usina Termoelétrica a gás natural em Peruíbe

Município: Peruíbe, na Baixada Santista,

Área ocupada: 42 hectares, além dos gasodutos (um de 10 km e outro de 81,5 km) e das linhas de transmissão (92,5 km) e um terminal offshore a 10 km da praia

Geração de eletricidade: 1,7 gigawatt, o equivalente a um aumento de 21% na produção energética Estadual

Área de Influência da Termelétrica

Benefícios: 4.590 empregos, maior arrecadação de impostos, maior oferta de gás natural na região, estímulo às indústrias, redução da importação de energia pelo Estado de SP

Riscos

No Mar: A construção do terminal offshore e do gasoduto no mar podem alterar o ecossistema marinho na região

Na Mata: Linhas de transmissão passam em áreas habitadas por espécies ameaçadas e podem prejudicar o fluxo migratório de aves.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Anna Russi**Título:** Gasolina: queda inexpressiva

Apesar das três quedas consecutivas no preço da gasolina nas refinarias, anunciadas pela Petrobras nesta semana, o consumidor continua pagando caro para abastecer o carro. Em Brasília, o litro é vendido, em média, por R\$ 4,129, de acordo com levantamento feito pelo Correio. Dos 28 postos percorridos, 19 reduziram os preços desde sexta-feira da semana passada. No entanto, a diferença foi de apenas poucos centavos. Outros sete estabelecimentos mantiveram os valores cobrados anteriormente e dois aumentaram o preço do combustível nas bombas.

A partir de hoje, a Petrobras voltará a baixar os preços nas refinarias. A gasolina ficará 0,9% mais barata, o diesel, 0,1%. O executivo de contas Gustavo Nishiguti, 40 anos, lamentou que os repasses não cheguem ao consumidor. Para economizar, ele e alguns amigos trocam mensagens para avisar onde encontraram um valor mais baixo. “Sempre que achamos uma promoção, a gente compartilha com os demais”, contou. Apesar de considerar o preço na hora de abastecer, Gustavo alertou para experiências em que a economia não valeu a pena. “Alguns postos vendem combustível adulterado. Às vezes, queremos aproveitar a promoção e caímos nessa cilada. Já aconteceu três vezes comigo”, afirmou.

Professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Piscitelli destacou que a política de preço da Petrobras contribui para a ocorrência de aumentos desproporcionais. “A política de reajustes diários praticamente torna o consumidor incapaz de fiscalizar, pois não há referência, e o preço de cada dia é uma surpresa. Fica difícil de acompanhar”, considerou.

Muitos postos cobram preços diferentes, dependendo da forma de pagamento, o que mudou a maneira de cada consumidor abastecer o veículo. A empresária Mônica Fernandez, 46 anos, disse que há semanas não completa o tanque do carro. “Coloco sempre de R\$ 50 em R\$ 50, ou de R\$ 100 em R\$ 100 caso vá rodar mais”, afirmou.

Segundo Piscitelli, será uma questão de tempo até que a população se readapte aos preços altos. Para ele, por conta da ineficiência do transporte público, a população do DF não costuma deixar o carro de lado, ainda que tenha de sacrificar o consumo de outros produtos. “É um mecanismo perverso, mas é a tendência. Nas outras vezes em que ocorreu esse aumento no preço da gasolina, as pessoas se queixaram no início, a curto prazo reduziram o consumo,

mas, após um certo período, voltaram à rotina normal”, completou.

Cartel

Para o analista de sistemas Willian Maruno, 38 anos, a maior dificuldade é que o consumidor não tem muitas opções de preço, já que grande parte dos postos cobra o mesmo valor pela gasolina. “Preciso do carro para ir ao trabalho, então fica difícil, tenho que lidar com o preço alto mesmo”, lamentou. Por conta dos aumentos nas últimas semanas, o custo mensal dele com combustível subiu mais de R\$ 100.

Na avaliação de Piscitelli, há indícios claros da volta dos cartéis dos postos, já que o setor, no Distrito Federal, é concentrado em poucos grupos que controlam o fornecimento do produto — o que resulta em preços “quase idênticos”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Rodrigo Rocha | Do Rio e de São Paulo

Título: Petros terá impacto marginal na Petrobras

O novo plano de equacionamento do déficit do fundo de pensão Petros comprometerá anualmente, em média, cerca de R\$ 760 milhões do fluxo de caixa da Petrobras pelos próximos 18 anos. O montante equivale a menos de 1% do Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia no ano passado, de R\$ 88,69 bilhões.

No primeiro ano, em 2018, contudo, a empresa aportará um valor maior, de R\$ 1,489 bilhão, incluindo os R\$ 89 milhões que a BR Distribuidora desembolsará. Ao todo, a petroleira assumiu o compromisso de aportar R\$ 13,7 bilhões (aproximadamente US\$ 4,4 bilhões) em 18 anos, para reequilibrar as contas da Petros - valor que corresponde a cerca de um terço dos desinvestimentos anunciados pela companhia no biênio 2015-2016 (US\$ 13,4 bilhões).

O total do déficit registrado pelo fundo de pensão em 2015 foi de R\$ 22,6 bilhões, mas a estatal estima que esse montante atualizado atingirá cerca de R\$ 27,7 bilhões até dezembro - data prevista para o início da implementação do plano.

O déficit deverá ser equacionado paritariamente entre a estatal, BR e Petros, além de participantes e assistidos do plano. Dos R\$ 13,7 bilhões que a empresa terá de desembolsar, R\$ 900 milhões ficarão a cargo da BR, que se prepara para uma operação de abertura de capital neste ano. Esse valor equivale a um aporte

médio de R\$ 50 milhões por ano - menos de 1% do Ebitda ajustado da subsidiária em 2016, de R\$ 3,04 bilhões.

O Credit Suisse destacou, em relatório, que o montante previsto no equacionamento da Petros, embora seja maior que o calculado no ano passado, não é uma completa surpresa para o mercado. Segundo o banco suíço, as despesas da companhia com o fundo de pensão são "marginalmente negativas para as ações" da empresa.

O relatório destaca ainda que o novo valor deve ter impacto negativo de US\$ 0,15 no valor patrimonial por recibo de ação (ADR) da estatal. O Credit, no entanto, ressalva que "muitos investidores ainda não incorporaram plenamente um reequilíbrio maior (e antes do esperado) em seus modelos".

Na avaliação do analista da WhatsCall, Flávio Conde, o plano de equacionamento da Petros levará a Petrobras a desembolsar "volumes expressivos", mas tende a gerar efeitos limitados sobre as ações da petroleira. Ontem, as ações preferenciais da companhia subiram 1,28% (R\$ 15,06), enquanto as ordinárias fecharam o dia com alta de 1,82% (R\$ 15,68).

"O anúncio do plano de equacionamento da Petros pode ser olhado sob duas perspectivas: se olharmos para os R\$ 13,7 bilhões, trata-se de um valor alto, responsável por praticamente 7% do valor de mercado da companhia. Mas se considerarmos que serão pagos em parcelas anuais, em 18 anos, não é tão alto, tendo em vista que a geração de caixa da companhia é superior a R\$ 80 bilhões. O mercado está olhando para essa última perspectiva e o plano está descontando muito pouco os preços das ações", comentou o analista.

Segundo ele, o compromisso de R\$ 900 milhões assumido pela BR Distribuidora, no momento em que a companhia se prepara para uma operação de abertura de capital, ainda não foi precificado pelo mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: Contribuintes insatisfeitos com plano ameaçam ir à Justiça

Insatisfeitos com o anúncio do plano equacionamento do plano PPSP, da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, participantes e assistidos se movimentam para entrar com ações na Justiça contra as contribuições extras. Caberá a esse grupo uma expressiva parcela do total de R\$ 27,7 bilhões. Enquanto isso, o presidente da entidade, Walter Mendes, iniciou uma agenda para explicar o equacionamento.

A Ambep (Associação Mantenedores Beneficiários Petros) já planeja entrar com ações judiciais contra o equacionamento. A medida já havia sido aprovada em outubro passado, mesmo antes do anúncio do plano. Na ocasião, a estimativa era que as contribuições adicionais corresponderem ao déficit de 2015, de R\$ 22,6 bilhões, e que o valor a ser equacionado seria de R\$ 16 bilhões.

Os aposentados e pensionistas têm obrigações maiores no PPSP: trata-se de um plano já maduro e com 64 mil assistidos, ante 13 mil ativos. Por isso, o percentual a ser pago por eles será maior. O cálculo, no entanto, não agradou. "Causou estranhamento o critério utilizado para o cálculo", disse o aposentado Abdo Gavinho, participante do grupo SOS Petros.

A Petros reiterou que a metodologia usada para calcular os percentuais adicionais é a mesma já adotada: alíquotas escalonadas de acordo com faixas salariais. "Caso houvesse um superávit, uma das opções seria a suspensão do pagamento de contribuições dos participantes. Assim, quem pagasse mais em contribuição, teria a suspensão do pagamento de um valor maior", disse em nota.

Participantes e aposentados do PPSP também questionam componentes do déficit que se devem a dívidas de responsabilidade exclusiva das patrocinadoras, como o chamado "acordo de níveis" - mudança na categoria de salários que foi incluída no cálculo do déficit de 2015. Outro ponto são as incertezas em relação ao cálculo dos passivos. A Petros realiza recadastramento dos participantes e assistidos, trabalho que ainda não foi concluído e que ele alega que pode estar sujeito a incorreções.

Em vídeo dirigido aos participantes, Mendes diz que o momento é difícil. "É um desafio que tem que ser enfrentado, tanto para garantir a continuidade do plano, quanto para atender a legislação", afirmou o executivo. O presidente da Petros disse, ainda, que a diretoria atual tem atuado e para colaborar com o trabalho das autoridades. "Internamente, realizamos e ainda vamos realizar várias comissões internas de investigação".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petrobras encerra ação

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem acordo para encerrar uma ação individual nos Estados Unidos, proposta por um grupo de afiliadas da

Discovery Global perante a Corte Federal de Nova York. Em fato relevante, a Petrobras lembra que já havia celebrado acordos para encerrar outras 20 ações individuais nos EUA, sendo 19 protocoladas na Corte de Nova York e uma na Corte da Pensilvânia. Conforme a estatal, o valor estimado para as provisões referentes aos acordos celebrados e às negociações em curso com outros autores passou para US\$ 448 milhões, ante US\$ 445 milhões no segundo trimestre deste ano - desse total, US\$ 372 milhões foram provisionados em 2016.

Belo Monte na Justiça

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, determinou ontem a suspensão da licença de instalação e, conseqüentemente, das obras da hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no rio Xingu, no Pará, informou o Ministério Público Federal (MPF). A usina, que já iniciou a operação, tem conclusão prevista para 2019. De acordo com o MPF, a Justiça determinou que a licença permaneça suspensa até que seja promovida pela Norte Energia, dona da usina, a readequação dos projetos destinados ao reassentamento urbano coletivo de pessoas remanejadas de suas casas pela construção da hidrelétrica. A suspensão atende pedido feito pelo MPF em ação iniciada em 2015. A decisão de ontem foi tomada pela 5ª turma ampliada do tribunal, formada por cinco desembargadores em vez dos três da turma recursal normal. Mas ainda cabem recursos.

Minério estável

O minério de ferro fechou estável ontem, mas acumula três altas consecutivas - mesmo que leves. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro subiram 0,2%, para US\$ 76,56 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner, Edna Simão e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio

Título: União mantém leilão de usinas e tenta derrubar liminar

Em reunião entre representantes da equipe econômica e autoridades do setor elétrico, o governo decidiu, na noite de segunda-feira, manter o leilão de quatro usinas da Cemig - Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande - com concessões vencidas. Mas para isso, o governo ainda precisa derrubar uma liminar que impede a realização do certame.

A avaliação consensual durante a reunião foi de que, apesar da sensibilidade política em torno do assunto, a margem de manobra para qualquer acordo ficou

limitada. Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) se posicionou duramente contra as negociações e sugeriu a manutenção do certame, marcado para o dia 27.

Também na segunda-feira, chegou às mãos das autoridades parecer do Ministério Público Federal (MPF). O documento foi anexado às ações judiciais movidas pela Cemig em uma tentativa de preservar as hidrelétricas, mas o teor do parecer é favorável à relicitação.

"Quem tem CPF, tem medo", disse um técnico do governo, que participou da reunião, em referência ao temor de contrariar órgãos de controle. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deixou claro que não há condições de financiar a Cemig para o pagamento de outorga, em caso de acordo.

O governo ainda aguarda uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com relação ao pedido apresentado pela Advocacia Geral da União (AGU), no fim de agosto, tentando derrubar a liminar proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que suspende o leilão.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, neste momento vale a decisão do TRF-1, que impede que o leilão seja realizado. A liminar foi baseada em ação popular alegando que o leilão resultaria em prejuízo aos cofres públicos, porque o valor de bônus mínimo a ser pago pelo vencedor, de R\$ 11 bilhões, não seria suficiente para arcar com a indenização que deveria ser paga à Cemig, por investimentos ainda não amortizados nas usinas, de R\$ 18 bilhões. De acordo com a AGU, porém, a indenização efetivamente devida à Cemig gira em torno de R\$ 1 bilhão.

O governo conta com esses R\$ 11 bilhões até dezembro. As autoridades relatam forte pressão de parlamentares da bancada mineira, como o deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), primeiro vice-presidente da Câmara.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Os enganos na avaliação da meta fiscal de 2018

Enganaram-se aqueles que achavam que a proposta do governo de privatizar a Eletrobras e, ao mesmo tempo, cobrar um bônus em troca da "descotização" das hidrelétricas operadas pela empresa fosse resolver o problema fiscal da União no próximo ano. Na proposta orçamentária para 2018, encaminhada ao Congresso Nacional no fim de agosto, o governo incluiu uma receita de apenas

R\$ 7,7 bilhões pela nova concessão dessas usinas, que passarão a trabalhar com tarifas de mercado e não mais pelo "regime de cotas", com preços artificialmente baixos.

Na verdade, mesmo com o bônus a ser obtido com nova concessão das usinas operadas atualmente pela Eletrobras, a receita da União com concessões no próximo ano será inferior ao previsto para este ano (R\$ 25,7 bilhões) e menor do que foi em 2016 (R\$ 21,8 bilhões). Para se ter uma ideia, o processo de "descotização" vai gerar uma arrecadação menor do que a que o governo espera obter com a concessão de aeroportos no próximo ano, que é de R\$ 8,8 bilhões.

Todos já devem ter entendido que a União não ganhará um centavo sequer com a privatização da Eletrobras, simplesmente porque não venderá ações da estatal. O controle da empresa passará para a iniciativa privada porque o Tesouro não irá subscrever ações durante o processo de aumento de capital da Eletrobras, que será realizado, conforme deseja o governo, no início do próximo ano.

Mesmo que venda algumas ações da Eletrobras, a receita obtida não poderá ser utilizada para pagar despesas correntes primárias ou para ajudar a cumprir a meta fiscal do ano. A legislação em vigor não permite isso. Outro engano incorrido por alguns foi achar que as privatizações iriam possibilitar receita suficiente para o governo reduzir o déficit primário do próximo ano. Mesmo que o dinheiro seja utilizado para pagar investimentos, que é uma despesa primária, a metodologia do Banco Central para o cálculo do resultado da meta fiscal exclui essa receita.

As dificuldades para fechar as contas da União no próximo ano continuam grandes. Aqueles que acompanham a política fiscal estão percebendo com maior clareza que a dificuldade em 2018 não será deixar as despesas da União dentro do teto de gastos. O problema principal será obter receitas suficientes para custear as despesas obrigatórias que não param de crescer e, ao mesmo tempo, cumprir a meta fiscal de déficit de R\$ 159 bilhões.

Quem se der ao trabalho de olhar a estimativa da arrecadação federal feita pela Secretaria da Receita Federal para 2018 verá que o crescimento previsto é de apenas 4,1%, em termos nominais, na comparação com o projetado para este ano. O governo elaborou a proposta orçamentária com a estimativa de inflação de 4,2% no próximo ano. Assim, não haveria aumento real da receita, que ficaria menor na comparação com o Produto Interno Bruto (PIB).

Como provavelmente não contará com uma receita extraordinária tão elevada como neste ano, estimada pelo Tesouro Nacional em R\$ 59,8 bilhões, o governo

terá que encontrar alternativas para compensar essa queda. Em 16 de agosto passado, o governo anunciou uma série de medidas que aumentariam a arrecadação do próximo ano, como a tributação sobre fundos de investimentos, a reoneração da folha de pagamento de vários setores da economia e a elevação da contribuição previdenciária dos servidores.

Essas medidas, juntamente com a mudança no programa do Reintegra, somariam R\$ 14,5 bilhões. Mas, com exceção do Reintegra, todas as demais medidas anunciadas até hoje não foram editadas pelo governo. A mensagem modificativa da proposta orçamentária de 2018 somente será encaminhada ao Congresso depois que essas medidas forem formalizadas, disseram fontes oficiais ao **Valor**.

Há um dado que precisa ser considerado. O recente otimismo com a recuperação da economia brasileira poderá alterar as projeções para a receita em 2018. O Ministério da Fazenda já admite rever a previsão de crescimento econômico para este ano, que passaria de 0,5% para 0,8%, e para o próximo, que subiria dos atuais 2% para algo em torno de 2,5%.

Dependendo do desenrolar dos acontecimentos no campo político e do encaminhamento da reforma da Previdência, é possível que a economia ganhe ainda mais força e o crescimento possa até mesmo superar 3%. Se este cenário vier a se confirmar, a receita tributária poderá apresentar uma surpresa positiva e ajudar o governo a fechar suas contas e cumprir a meta.

Em sua mensagem modificativa, o governo vai alterar bastante a proposta orçamentária de 2018, que foi encaminhada ao Congresso com menos despesa do que o permitido pelo teto de gasto, definido pela emenda constitucional 95. A despesa orçada ficou R\$ 42 bilhões abaixo do que poderia ter sido, pois não havia receita disponível. O governo foi obrigado a apresentar uma proposta antes da mudança da meta fiscal, que elevou o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões.

Assim, a mensagem modificativa será apresentada com uma ampliação dos gastos em R\$ 42 bilhões. Muita coisa vai mudar, principalmente em relação aos investimentos da União, que foram reduzidos quase a zero na proposta orçamentária inicial para que o governo conseguisse cumprir a meta fiscal.

Há dois aspectos da proposta orçamentária inicial que precisam ser observados. O primeiro é que o Executivo continua cedendo uma parte do seu limite de gasto para acomodar o excesso de despesa dos demais Poderes. Em 2018, o espaço cedido será de R\$ 2,1 bilhões. O Judiciário absorverá quase toda essa margem, pois está com um excesso de gasto de R\$ 1,748 bilhão.

O segundo aspecto é que se o governo não conseguir aprovar no Congresso o adiamento do reajuste salarial dos servidores do Executivo, como anunciou que vai fazer, a despesa com pessoal em 2018 vai crescer 5,7%, na comparação com este ano - bem acima do índice utilizado para corrigir o teto de gasto, que foi de 3%.

Ribamar Oliveira é editor-executivo e escreve às quintas-feiras

MME / ASCOM